Proc. TC-008.588/2015-5
Tomada de Contas Especial

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, entendendo que o processo já se encontra em condições de ser julgado no mérito, manifestamo-nos de acordo com a proposta do Titular da Secex/CE (peça 35), no sentido de rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa, autorizando-se, ademais, a cobrança judicial e o recolhimento parcelado das dívidas.

A nosso ver, a realização de diligências à entidade bancária e ao órgão policial alvitadas pelo auditor (peça 34) constitui interesse probatório do gestor dos recursos públicos, mas não um justificado impedimento ao julgamento das contas, considerando que há nos autos elementos suficientes para concluir pela não comprovação da regular aplicação dos recursos por ausência denexo causal ou não comprovação da execução do objeto, finalidade para a qual a documentação inserida no SICONV mostrou-se insuficiente.

No que respeita às conclusões de inquérito policial, em princípio, deve prevalecer a independência das instâncias. Ressalvadas as hipóteses legais de vinculação do julgamento ou quando devidamente justificadas a realização de diligências ou espera dessas apurações externas, a existência de investigação policial ou eventual processos judiciais e administrativos não deve condicionar as apurações no âmbito do TCU, sob pena de prejuízos ao exercício independente e tempestivo de suas competências.

Ministério Público, em 29 de maio de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador